

Diplomas

Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto

Segunda alteração à Lei de Bases da **Proteção Civil** (Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho)

A alteração teve como finalidade a atualização da Lei de Bases atendendo à importância da matéria que regula, designadamente em face da experiência adquirida das modificações na estrutura administrativa do país que entretanto ocorreram.

Portaria n.º 228/2015, de 3 de agosto

Aprova os modelos de alvarás e de aviso de publicitação de operações urbanísticas, nos termos do **Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação**.

Revoga as Portarias n.ºs 216-C/2008, 216-D/2008 e 216-F/2008, todas de 3 de março.

Decreto-Lei n.º 148/2015, de 4 de agosto

Estabelece o regime da classificação e da inventariação dos bens móveis de interesse cultural, bem como as regras aplicáveis à exportação, expedição e admissão dos bens culturais móveis.

Trata-se de um diploma de desenvolvimento da Lei de Bases do **Património Cultural** (Lei n.º 7/2001, de 8 de setembro), no qual, designadamente se consagra o procedimento tendente à classificação dos bens culturais móveis de interesse nacional, de interesse público e de interesse municipal.

Decreto-Lei n.º 149/2015, de 4 de agosto

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho, que estabelece o regime de salvaguarda do **património cultural** imaterial.

Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto

Estabelece o regime de **prevenção de acidentes graves** que envolvem substâncias perigosas e de limitação das suas consequências para a saúde humana e para o ambiente, transpondo a Diretiva 2012/18/EU do parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012.

Dá-se nota de que este diploma tem, designadamente, repercussões no âmbito do ordenamento do território e do urbanismo, atento o disposto no seu artigo 10.º.

Revoga o Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de junho, e a Portaria n.º 395/2002, de 15 de abril.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2015, de 11 de agosto

Aprova a estratégia “**Cidades Sustentáveis 2020**”.

Lei n.º 94/2015, de 13 de agosto

Regras do financiamento das **associações humanitárias de bombeiros** no continente, enquanto entidades detentoras de corpos de bombeiros.

Consagra a 1.ª alteração à Lei n.º 32/2007, de 13 de agosto, que aprova o regime jurídico das associações humanitárias de bombeiros.

Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto

Regula a disponibilização e a utilização de plataformas eletrónicas de **contratação pública** e transpõe o artigo 29.º da Diretiva 2014/23/UE, o artigo 22.º e o anexo IV da Diretiva 2014/24/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014, revogando o Decreto-Lei n.º 143-A/2008, de 25 de julho.

Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto que estabelece os critérios de classificação e reclassificação do solo, bem como os critérios de qualificação e as categorias do solo rústico e do uso do solo urbano em função do uso dominante, aplicáveis a todo o território nacional. Revoga o Decreto Regulamentar n.º 11/2009, de 29 de maio.

Trata-se de regulamentação prevista no atual **Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial**, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 61-A/2015, de 20 de agosto

Aprova a versão final revista do **Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas – PETI3+**, para o horizonte 2014-2020.

Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto

Define as **regras a observar no funcionamento dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico**, bem como na oferta das atividades de animação e de apoio à família (AAAF), da componente de apoio à família (CAF) e das atividades de enriquecimento curricular (AEC).

Revoga o Despacho n.º 9265-B/2013, de 15 de julho está em vigor desde 25 de agosto.

Lei n.º 106/2015, de 25 de agosto

Primeira alteração à Lei n.º 33/98, de 18 de julho, integrando a violência doméstica e a sinistralidade rodoviária no âmbito dos objetivos dos **conselhos municipais de segurança**.

Procede à republicação atualizada do diploma que altera.

Lei n.º 120/2015, de 1 de setembro que procede à nona alteração ao **Código do Trabalho**, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, reforçando os direitos de maternidade e de paternidade, à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril e segunda alteração ao decreto-Lei n.º 89/2009, de 9 de abril.

Decreto-Lei n.º 186/2015, de 3 de setembro

Procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março, que estabelece o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos **empreendimentos turísticos**, e à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 108/2009, de 15 de maio, que estabelece as condições de acesso e de exercício da atividade das empresas de animação turística e dos operadores marítimo-turísticos.

Lei n.º 150/2015, de 10 de setembro

Altera o Código Civil e procede à primeira alteração à **Lei-Quadro das Fundações**, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho. Entra em vigor no dia 10 de outubro e **será objeto de análise no próximo Flash Local**.

Portaria n.º 227/2015, de 10 de setembro

Regula a constituição, a composição e o funcionamento das comissões consultivas da elaboração e da revisão do plano diretor intermunicipal e do plano diretor municipal, nos termos do **Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial**, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

Revoga a Portaria n.º 1474/2007, de 17 de novembro.

Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro

Lei de **Enquadramento Orçamental**.

Revoga a Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto. **Será objeto de análise no próximo Flash Local**.

Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro

Aprova o **Sistema de Normalização Contabilístico** para as Administrações Públicas. **Será objeto de análise no próximo Flash Local.**

Decreto-Lei n.º 193/2015, de 14 de setembro

Procede à extinção da Fundação para os Estudos e Formação Autárquica (**CEFA**, IP), com integração dos respetivos fins e atribuições na Direção-Geral da Administração Local.

Revoga o Decreto-Lei n.º 98/2009, de 28 de abril.

Decreto-Lei n.º 194/2015, de 14 de setembro

Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 118/2013, de 20 de agosto, relativo ao **desempenho energético dos edifícios**, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 de abril, que estabelece um regime excecional e temporário aplicável à **reabilitação** de edifícios ou de fração, cuja construção tenha sido concluída há pelo menos 30 anos ou localizados em áreas de reabilitação urbana, sempre que se destinem a ser afetos total ou predominantemente ao uso habitacional.

Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, que aprova o regime jurídico da **Reserva Agrícola Nacional** (RAN).

Decreto-Lei n.º 203/2015, de 17 de setembro

Aprova o regulamento que estabelece as condições de segurança a observar na localização, implantação, conceção e organização funcional dos **espaços de jogos e de recreio**, respetivos equipamentos e superfícies de impacto.

Revoga o Decreto-lei n.º 379/97, de 27 de dezembro e a Portaria n.º 379/98, de 2 de julho.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/2015 de 21 de setembro

Autoriza a realização da despesa destinada ao **apoio financeiro do Estado a entidades promotoras das atividades de enriquecimento curricular** no 1.º ciclo do ensino básico que celebrem contratos-programa para o ano letivo de 2015-2016.

Portaria n.º 304-A/2015, de 22 de setembro

Define os modelos e as regras a que devem obedecer os artigos de **uniforme, insígnias e equipamentos das polícias municipais** e revoga a [Portaria n.º 533/2000](#), de 1 de agosto.